



CONGRESSO NACIONAL

MPV 592

00062

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 10/12/2012	Proposição Medida Provisória nº 592 de 2012.
---------------------------	--

Autor Deputado Moreira Mendes (PSD/RO)	nº do prontuário
--	-------------------------

1. <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva	2. Substitutiva	3. Modificativa	4. Aditiva	5. Substitutivo global
---	-----------------	-----------------	------------	------------------------

Página 1/2	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alíneas
------------	--------	-----------	--------	---------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se o art. 50-A da lei nº 9478/1997, acrescido pelo artigo 2º da MPV 592/2012:

Art. 2º A Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:

(...)

“Art. 50-A. Serão integralmente destinados ao Fundo Social de que trata o art. 47 da Lei no 12.351, de 2010, os valores dos royalties e da participação especial destinados à União de que tratam os arts. 48, 49 e o § 2º do art. 50 desta Lei e o art. 5º da Lei nº 12.276, de 2010, quando oriundos da produção realizada no horizonte geológico denominado pré-sal, em campos localizados na área definida no inciso IV do caput do art. 2º da Lei no 12.351, de 2010.”

JUSTIFICATIVA

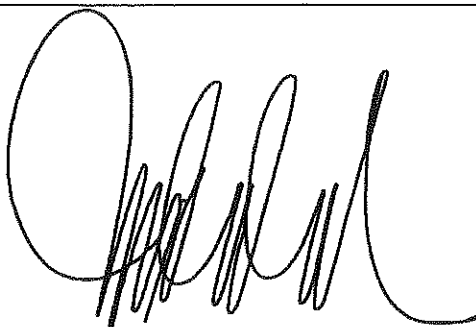
Pela mesma argumentação adotada por ocasião do veto Presidencial, isto é, a prerrogativa dos campos contratados no regime de concessão até 31.dezembro.2009, os royalties pagos pelos campos contratadas no regime de concessão no polígono do pre-sal também já foram incorporados às receita originárias desses mesmos contratos, inclusive para efeitos de disponibilidade futura, não podendo, pois, serem destinados a outra finalidade que não a prevista na data da contratação.

Ademais, a alteração proposta pelo artigo 50-A da Medida Provisória é inconstitucional, na medida em que a diferença não se encontra na constituição do regime do contrato, e sim no posicionamento geográfico (horizonte geológico) do campo. Esse horizonte geológico só foi definido e estabelecido com a denominação de Pré-Sal após a assinatura do contrato de concessão, violando assim, também, o que dispõe o inciso XXXVI do art. 5º e no § 1º do art. 20 da Constituição Federal.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas
Recebido em 10/12/2012, às 19h32
Thiago Castro, Mat. 229754

PARLAMENTAR

Brasília, 10 de dezembro de 2012.

A handwritten signature in black ink, consisting of a large capital 'O' followed by several stylized, overlapping loops and a long horizontal stroke at the end.